



Revista Comunicação Midiática
ISSN: 2236-8000
v. 14, n. 2, p. 35-52, jul./dez. 2019

Tempos de terror:
críticas ao islã imaginário no *Monde Diplomatique*

Tiempos de terror:
críticas al Islam imaginario en *Monde Diplomatique*

Times of terror:
critical views on imaginary Islam in *Le Monde Diplomatique*

Juliana Sayuri Ogassawara

Jornalista e doutora em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). julianasayuri.o@gmail.com

RESUMO

Este artigo aborda o papel da imprensa e dos intelectuais nas discussões sobre o terrorismo após o 11 de Setembro, traçando uma revisão crítica sobre as definições variáveis de terrorismo. A partir da análise do periódico francês *Le Monde Diplomatique*, destaca três argumentos levantados por intelectuais: a crítica ao imperialismo norte-americano, a crítica ao choque de civilizações e a crítica à cobertura midiática *mainstream* de ações terroristas, culminando na islamofobia.

Palavras-chave: *Le Monde Diplomatique*; imprensa; intelectuais; terrorismo; 11 de Setembro.

RESUMEN

Este artículo aborda el papel de la prensa y los intelectuales en las discusiones sobre terrorismo después del 11 de septiembre, describiendo una revisión crítica de las definiciones cambiantes de terrorismo. Del análisis del diario francés *Le Monde Diplomatique*, destaca tres argumentos planteados por intelectuales: la crítica al imperialismo estadounidense, la crítica al choque de civilizaciones y la crítica a la cobertura mediática de acciones terroristas, que culminó en la islamofobia.

Palabras clave: *Le Monde Diplomatique*; prensa; intelectuales; terrorismo; 11 de Septiembre.

ABSTRACT

This article aims to discuss the role of the press and the intellectuals regarding terrorism after September 11th attacks, offering a critical review on the variable definitions of terrorism. From the analyses of the French newsprint *Le Monde Diplomatique*, the paper highlights three arguments offered by intellectuals: the critic view towards American imperialism, the clash of civilizations thesis and the mainstream media coverage of terrorists acts leading to islamophobia.

Keywords: *Le Monde Diplomatique*; press; intellectuals; terrorism; September 11th

Desde 2001, “terrorismo” se tornou uma das principais palavras-chave para compreender a contemporaneidade. Uma palavra, porém, longe de congregar consensos. Uma chave, portanto, a abrir diferentes interpretações.

O interesse imposto pelos acontecimentos datados de setembro de 2001 despertou atenções nas mídias e nas universidades (Rouso, 2016; Said, 2007; Hobsbawm, 2007; Demant, 2015; Ali, 2002), que assistiram à proliferação de especialistas no tópico “terrorismo” – Eric Hobsbawm, por exemplo, se refere a “políticos, advogados, articulistas, propagandistas e ideólogos amadores, americanos e britânicos” (ibid., p. 14); Edward Said, por sua vez, a “líderes [americanos] e seus intelectuais laicos” (ibid., p. 14).

Mirando alvos simbólicos do poder e prestígio norte-americano, além do World Trade Center, o Pentágono e a Casa Branca, os atentados sincronizados provocaram explosões e implosões de ordens política, militares e midiáticas. Se considerarmos o 11 de Setembro como exemplo da midiatização do “acontecimento-monstro”, expressão cunhada por Pierre Nora (1995), é possível compreender inclusive o interesse de historiadores. Seguindo a linha interpretativa de François Dosse (2013), o acontecimento ressurgiu como fênix, ressurgindo diversas vezes e provocando configurações inéditas que, por sua vez, despertam interesse revigorado por fenômenos singulares. No século XXI, a violência e as violações de direitos humanos, entre cruzadas e contra-cruzadas, se desenrolam sob “publicidade máxima” na política e na mídia revivendo “terrores apocalípticos” da Guerra Fria (Hobsbawm, op. cit., p. 128-136).

Ações terroristas ocuparam páginas e frames midiáticos mundo afora a partir da década de 1980: em 1983, homens-bomba do Hezbollah avançaram contra norte-americanos no Líbano, uma técnica que se alastrou posteriormente aos Tigres Tâmeis no Sri Lanka em 1987, ao Hamas na Palestina em 1993, e à Al-Qaeda na Caxemira e na Chechênia em 1998-2000 (ibid., p. 131). Se o fenômeno do terrorismo não é novo, não foi o número de mortes, mas a dimensão simbólica do 11 de Setembro que inaugurou um novo capítulo, o “neoterrorismo” (Zhebit, Silva, 2009).

Diante deste contexto intrincado, a palavra “terrorismo” foi e é discutida a partir de diferentes campos, da história ao jornalismo, envolvendo definições distintas e dilemas político-ideológicos. Usualmente compreendido como instrumento de impor medo a um Estado, um governo ou um povo, mediante violência física e/ou psicológica contra alvos diversos, a definição de terrorismo desperta embates entre abordagens a partir de considerações nos âmbitos acadêmicos, criminais, culturais, diplomáticos, jurídicos, político-ideológicos, psicológicos ou religiosos, por exemplo. As angulações distintas podem levar a leituras do terrorismo como um crime, um ato de guerra, um ato político ou um ato religioso, todos fartamente esquadrihados pela imprensa internacional.

Embora porte definições diferentes, o terrorismo é um fenômeno que se expressa no mundo real, suscitando análises de seu caráter político e diversidade discursiva, enquanto fenômeno socialmente situado, isto é, a ausência de acepção única não é sinônimo de neutralidade valorativa (Seixas, 2008).

Palavras, aliás, nunca são neutras. No pensamento político, por exemplo, podemos encontrar as ideias de terror e terrorismo como dois distintos fenômenos. Terror refere-se a um instrumento de emergência de um governo a fim de se manter no poder, tal qual ilustram os tempos tenebrosos da Revolução Francesa sob Robespierre. Terrorismo, por sua vez, se

refere a um instrumento de determinados movimentos para derrubar um governo, este acusado de se manter no poder através do terror – neste contexto, o atentado político seria a expressão do terrorismo político, aí abarcando-se tanto o revolucionário quanto o contrarrevolucionário ou fascista (Bonanate, 1986). Diferenciam-se, entretanto, de outras violências, como a guerrilha ou a guerra.

No âmbito dos instrumentos internacionais legais, podemos perpassar marcos, por exemplo, nas convenções assinadas em Tóquio, Haia, Montreal, Nova York, Viena e Roma. Na Assembleia Geral das Nações Unidas, foram firmados protocolos sobre a tomada de reféns (1979), a supressão de atentados terroristas a bomba (1997), a supressão do financiamento do terrorismo (1999) e de atos de terrorismo nuclear (2005).

Em 1994, as Nações Unidas publicaram a declaração de medidas para eliminar o terrorismo internacional. Em 2001, após os atentados de 11 de Setembro, as Nações Unidas instituíram o Comitê Antiterrorismo. Em 2006, a instituição adotou uma estratégia contra-terrorista que, pela primeira vez, situou os Estados-membros na mesma página, firmando a compreensão de atos, métodos e práticas terroristas como atos criminais pensados para provocar “estado de terror” para propósitos políticos, ameaçando direitos humanos, democracia, governos legítimos, integridade territorial e liberdades fundamentais. Tais atos passaram a ser considerados “injustificáveis” sob quaisquer circunstâncias, independentemente da natureza política, filosófica, ideológica, étnico ou religiosa das motivações invocadas para justificá-los.

Nos Estados Unidos, uma das respostas jurídicas aos atentados foi instaurada com o decreto USA Patriot Act, assinado pelo presidente George W. Bush em outubro de 2001, alvo de críticas por abrir brechas para arbitrariedades no controle de fronteiras e na instituição de novos programas para levantar informações de suspeitos de atos criminosos. Mais adiante, em outubro de 2006, o presidente promulgou o USA Military Commissions Act, que autoriza o recurso a métodos “agressivos” nos interrogatórios de suspeitos de terrorismo, permitindo seu julgamento por tribunais militares.

Na letra da lei, terrorismo é definido no capítulo 38, do título 22 do Código dos Estados Unidos, como “violência premeditada, politicamente motivada, perpetrada contra alvos não-combatentes¹ por grupos subnacionais ou agentes clandestinos”. Desde 1997, o país considera terroristas organizações distintas como o Hamas, o Hezbollah, a Al-Qaeda, as colombianas Farc e o irlandês Ira. Até 2008, o líder sul-africano Nelson Mandela estava elencado como terrorista procurado pelo FBI – o documento de fins da década de 1980 também incluía o líder palestino Yasser Arafat.

Na França, o presidente Emmanuel Macron sancionou a Lei Antiterrorismo em outubro de 2017, também alvo de críticas pelos contornos abertos à possibilidade de interferência nas liberdades individuais. Terrorismo, segundo o Código da França, se refere a atos intencionalmente relacionados a perturbação grave da ordem pública por intimidação ou terror, incluindo infrações como atentados à vida e à integridade de outros, sequestro de aeronaves, navios ou outros veículos, envolvendo armas, explosivos ou materiais nucleares. Apesar das diferenças e singularidades, nas três legislações citadas (Brasil, Estados Unidos e França), vale dizer, oblitera-se a possibilidade de atividades terroristas por parte dos Estados contra a sociedade civil.

Dias após o 11 de Setembro, os principais noticiários norte-americanos estamparam as expressões “guerra contra o terror” e “guerra contra o terrorismo”. Não tardou tampouco

para se enfileirar uma frente internacional antiterror, aglutinando aliados a partir de um convite inflexível do presidente norte-americano George W. Bush, imediatamente aceito pelo primeiro-ministro britânico Tony Blair: ou se está do nosso lado, ou do lado dos terroristas. Encolhendo-se a possibilidade de negociações internacionais e busca de acordos, discussões internacionais sobre terrorismo acabaram pautadas pela construção de políticas de combate ao terrorismo (Silva, 2009), implicando a busca por um consenso conceitual do fenômeno. Assim, as pressões antiterroristas levaram a alargar a compreensão do terrorismo, que passou a abranger a ameaça e o financiamento de tais atos. Ainda há dissenso e singularidades dentro e fora das fronteiras das nações, mas restringido pela ênfase no imperativo de conjugação de políticas no combate ao terrorismo – conjugação esta que, questiona-se, talvez fique à mercê de pressões de potências a impor determinado quadro interpretativo sobre o fenômeno (Seixas, 2008).

Na imprensa internacional, entretanto, tais dissonâncias raramente são abordadas. Privilegiando o impacto civil e simbólico, a contabilizar o número de mortes nos atentados, muitas vezes deixa-se de lado o impacto político de determinadas investidas. À diferença de ações terroristas das décadas de 1970 e 1980, que seria motivado por ideologias nacionalistas, na atualidade autores como o cientista político norte-americano Joseph Nye Jr. (2002) se referem a um terrorismo transnacional com impacto geopolítico global, atrelado ao acesso à tecnologia, principalmente a internet, e associado ao fundamentalismo religioso, com especial ênfase ao islã. Tal diferenciação, alinhada ainda às diretrizes antiterroristas americanas, afunila e confina a compreensão do terrorismo como fenômeno restrito ao contexto do radicalismo islâmico – uma perspectiva disseminada pela mídia *mainstream* como discutiremos adiante, que impõe vinculação direta e acrítica entre terrorismo e islã que invariavelmente resvala na segmentação simplista de eixos do “bem” contra o “mal”.

No campo de estudos sociológicos, destaca-se a importância de considerar o terrorismo como construção social, isto é, não como um fato dado, mas uma disputa de narrativas acerca de determinados acontecimentos e suas causas (Seixas, op. cit.). Designações estas que não são motivadas apenas por ameaças físicas, mas por implicações políticas e econômicas, o que descortina uma série de dilemas de ordem ideológica e política para quem pretende investigá-los intelectual e criticamente. No âmbito dos estudos históricos, por sua vez, é preciso destacar o imperativo de contextualizar historicamente as ações designadas terroristas, considerando sua complexidade e a diversidade de atores e interesses em jogo. No pós-Guerra Fria, proliferaram formulações de ideólogos norte-americanos sobre o fim das ideologias, o fim da história e o choque de civilizações, costurando nós com as ameaças alhures, o narcotráfico, fundamentalismo islâmico e o terrorismo internacional – explícita ou implicitamente, aprofundando um fosso no mundo globalizado entre bárbaros e civilizados (Ianni, 2000, p. 80-81). Neste contexto, vale analisar tais acontecimentos nas suas imbricações intelectuais e midiáticas, sobretudo no que diz respeito às associações acríticas entre terrorismo e islã.

Logo, na arena da comunicação midiática, o terrorismo pode ser observado como discurso e espetáculo, isto é, como instrumento simbólico de um “marketing do terror” (Wainberg, 2005, p. 80). O papel publicista da mídia é fator fundamental para cumprir fins dramáticos de ações terroristas, como ação de propaganda política, buscando a partir da violência política impactar influências nas tomadas de decisões de *policy makers* e abalar estado de espírito das sociedades: a repercussão na esfera pública é, nesta lógica, essencial para o

terrorismo, caso contrário, o crime seria esquecido e/ou considerado um fato isolado. Neste contexto, a violência do terrorismo não visa “vencer” militarmente um inimigo de guerra, mas abalá-lo ao atingir alvos simbólicos nos seus territórios.

Dada a importância da imprensa neste criticado “marketing do terror”, é inquietante notar que certos países promulgaram leis para orientar a cobertura jornalística de atentados terroristas. Na Inglaterra, por exemplo, o artigo 15 da Lei da Mídia (1991, revisada em 2002) proíbe a distribuição de informações para “promover ou justificar terrorismo e extremismo” (ibid., p. 73). Além de dispositivos legais, a discussão também envolve manuais de ética e estilo das redações: o diário *Público*, de Portugal, por exemplo, explicita: “Rigor na terminologia com determinada carga semântica. Atenção à utilização de vocábulos como terroristas, nacionalistas, fascistas, rebeldes, bandidos armados, patriotas, revolucionários, progressistas, contrarrevolucionários, democratas, imperialistas, totalitários, reacionários, progressistas, mundo livre ou bandidos, forças da ordem etc.” (ibid., p. 100). Por sua vez, o *Manual of Style* do New York Times, indica na nota “fundamentalismo” que a palavra pede cautela: para cristãos, usá-la apenas se eles assim se identificarem; para protestantes conservadores, é preferível dizer evangélicos; para muçulmanos e outras religiões não-cristãs, considerar “fundamentalismo” como doutrina conservadora e não assumir ou implicar relação com militância ou terrorismo.

Se o terrorismo pode ser observado como episódio midiático, uma história com enredo, drama e diversos atores, para além do audiovisual, a escolha de palavras é crucial para compor as narrativas. Logo, faz diferença escolher entre “terrorista” ou “rebelde” como carimbo semântico para agressores.

Este truísmo, porém, não traz resposta sobre um dilema ético para o jornalismo: se noticiar o terrorismo traduz-se, muitas vezes, em dar-lhe dimensão espetacular e publicidade, deve-se ou não reportar ações terroristas? “De um lado”, diz o jornalista Jacques A. Wainberg, “persiste a posição de que a imprensa tem o dever de noticiar o terrorismo”, citando como exemplo a diretriz sobre mídia e terror da Unesco de maio de 2002. De outro lado, “reconhece-se que, de certa forma, com seus atos sanguinários, os terroristas conseguem dominar a agenda pública de debate, estimulando ainda a autoestima de militantes e provocando, como mencionado, pânico no público-alvo” (ibid., p. 184).

Na França foi publicado o *Terrorism and the media: a handbook for journalists*, da Unesco, um manual de 110 páginas que abaliza como *key-points*, por exemplo, que nomear é, a certo ponto, escolher um lado. Destacando que o terrorismo não possui definição oficial, o manual das Nações Unidas frisa a necessidade de refletir sobre as diferenças entre terrorismo e resistência: “Essas palavras são trapaceiras; o tópico é controverso. ‘O terrorista de alguém é o *freedom fighter* de outro’. ‘O terrorista de hoje é o estadista de amanhã’. Essas frases recorrentes se tornaram clichês nos comentários jornalístico e político. Elas querem dizer que usar esses termos nunca é neutro. Nomear é, a certa extensão, escolher um lado, sob o risco de mascarar a realidade ou aceitar a interpretação que um dos *newsmakers* deseja impor”.

Dizer que a cobertura de parte da imprensa impulsiona vinculações acrílicas entre terrorismo e islã não é mera impressão. Ao analisar a cobertura da imprensa norte-americana de 136 atentados terroristas, ocorridos entre 2006 e 2015, os investigadores Erin M. Kearns, Allison Betus e Anthony Lemieux (2018) identificaram que ações perpetradas por muçulmanos receberam 357% mais atenções que outros ataques. Entre 2011 e 2015, o território americano foi alvo de 89 atentados, 12,4% atribuídos a muçulmanos, mas que tiveram 44% de

cobertura no período. Intencionalmente ou não, diz o estudo, os *media outlets* dão desproporcional ênfase a um número diminuto de atentados liderados por muçulmanos, especialmente estrangeiros, endossando o sentimento de insegurança e de medo do “outro”.

Entre dilemas éticos e impasses políticos, a cobertura midiática do islã foi analisada criticamente por autores que merecem menção especial. (Des)cobrimo-se o islã, afinal, revela-se muito sobre as perspectivas da imprensa internacional.

Islã imaginário

No livro *Covering Islam* (1997), Edward Said critica certa abordagem ao islã cristalizada nas universidades, nas mídias e nos governos – uma abordagem alastrada vastamente, que cristaliza uma interpretação particular do islã que responde a interesses velados e não necessariamente corresponde à verdade (Said, 1997, p. 169). O autor palestino pondera que a cobertura jornalística é marcada por pretensões de objetividade e realismo, mas lembra que tais termos indicam intenções que muitas vezes não são realizadas.

Said considera que as notícias não são dados inertes que simplesmente acontecem, mas são construídas num complexo processo de expressão e escolha de palavras. Assim, as mídias decidem o que é notícia, qual é a importância de tal fato e qual será a abordagem destinada – e não é sempre simples compreender como essas engrenagens são articuladas. Na mesma linha, o autor propõe considerar o conhecimento como suscetível a interpretações e julgamentos. Interpretação que depende do intérprete, a quem se endereça, a que se propõe e a qual momento histórico pertence. Desviando-se, porém, de um relativismo total, o autor adverte: “Isso não quer dizer que fatos ou dados são inexistentes, mas que fatos adquirem importância pelo que é feito deles na interpretação. Ninguém nega o fato que Napoleão de fato viveu e foi um imperador francês; há, entretanto, discordâncias interpretativas sobre se ele foi um ótimo ou um desastroso governante da França” (ibid., p. 162).

O Oriente Médio se tornou *newsworthy*, isto é, digno de notícia, desde fins da década de 1970. Tópico de interesse econômico e cultural, paulatinamente pautando a imprensa internacional, o islã se tornou notícia, mas invariavelmente má notícia.

Tratando-se do islã, Said critica especialmente a cobertura da mídia norte-americana, por vezes versando adjetivos para caracterizá-la como “clichê”, “caricatural” e “etnocêntrica” por parte de orientalistas “ortodoxos”. A partir da análise da cobertura do Irã, por exemplo, o autor assinala que a interpretação da imprensa estadunidense retrata o islã como rótulo ideológico e ficcional, comprimindo nesta palavra uma realidade diversa que diz respeito a milhares de muçulmanos, espalhados por milhões de milhas de território na África e na Ásia, entre Estados diferentes, com tradições, histórias, culturas e um número infinito de experiências díspares. Além de incompreensão sobre o assunto, esses enfoques restritos incentivam desconfiança diante dos muçulmanos e sua fé.

É longa a trilha teórica do autor. Publicado pela primeira vez em 1978, *Orientalismo* foi um marco nos estudos pós-coloniais. No prefácio à edição impressa em 2003, o autor posiciona o livro no contexto dos acordos de Oslo e pós-11 de Setembro e as seguintes invasões do Afeganistão e do Iraque. Said (2007, p. 451) declara que este é um livro de quem toma posição, e um instrumental teórico simples: não apenas argumenta contra construções essencialistas do orientalismo, mas a favor de uma atitude descolonizadora.

Uma posição crítica a autores como o acadêmico libanês Fouad Ajami e principalmente o historiador britânico Bernard Lewis, entre outros “polemistas políticos” cujos impressos ostentam “manchetes alarmistas sobre o islã e o terror” que supostamente apreenderiam o âmago dos estranhos e espinhosos povos orientais (ibid., p. 16). Em contraponto a essas perspectivas, o autor propõe pensar o Oriente a partir da crítica ao orientalismo. Para Said, vale lembrar, o Oriente não é um fato inerte, mas uma ideia, uma invenção e, no fim do dia, um discurso dinâmico construído historicamente, que expressa uma tradição de pensamento, um léxico e um imaginário a respeito do Oriente diante do Ocidente. Trata-se, portanto, de uma relação assimétrica na identificação do “outro”.

Said assinala como primeiro significado da expressão “orientalismo” o campo de estudos orientais, empreendidos por antropólogos, críticos literários e sociólogos, por exemplo. Define como segundo significado um estilo de pensamento ancorado na distinção epistemológica entre Oriente e Ocidente, por romancistas e filósofos. O último significado é proposto pelo autor como a cristalização de discursos de autoridade do Ocidente desde fins do século XVIII, a destinados a definir, demarcar e, enfim, colonizar o Oriente: investida de *mission civilisatrice* principalmente francesa e britânica do início do século XIX até o fim da Segunda Guerra; e principalmente norte-americana desde então.

Assim, historicamente, o orientalismo foi atravessado por determinados pontos (dogmas, na expressão do autor): a ideia de uma diferenciação absoluta entre Ocidente (superior, racional, desenvolvido) e Oriente (inferior, irracional, não desenvolvido); a ideia de que o Oriente é exótico, eterno e cristalizado no tempo e, assim, incapaz de se definir; e, por fim, a ideia de que este Oriente é bárbaro e, no fundo, fonte de temor (hordas mongóis, perigo amarelo, terroristas muçulmanos) a ser pacificada (ibid., p. 401-402).

Nas páginas de *Cultura e Imperialismo*, primeiramente publicadas em 1993, o autor avança na discussão sobre o orientalismo. Define cultura como um universo não-neutro ou livre de conflitos, mas um dos pilares a sustentar um arcabouço imperialista. Imperialismo, à sua vez, é definido como a teoria, a prática e as atitudes de um centro metropolitano, dominante, ao redor de outro território, para quem destina um léxico e define uma política. Dialogando com teses de Michel Foucault e Raymond Williams, o autor cruza comentários críticos e análise de diferentes fontes, de ficção e não-ficção, dos romances de Conrad a Jane Austen, dos livros de Lewis a Tariq Ali, de Hollywood ao *Times*, Said critica a participação de intelectuais como “ideólogos e apologistas” do imperialismo.

Se a cultura é arena da luta política e do poder, é também palco de expressão do imperialismo. A partir dessas considerações, o autor destaca, a certo ponto, a assimetria nas considerações cristalizadas sobre a conquista imperial francesa, após as expedições napoleônicas ao Egito: não um “rasgar repentino dos véus”, mas uma presença reiterada no contexto francês de um tipo de discurso a afirmar que os melhores momentos da história dos territórios coloniais se devem ao processo pretensamente civilizatório da intervenção imperial. O autor sublinha a ausência de estudos críticos sobre distorções discursivas, elipses e negativas do imperialismo, presentes nos romances realistas ingleses e franceses e, segundo sua expressão, espelhadas nos “estridentes debates jornalísticos sobre a descolonização” (Said, 2011, p. 79-80).

O filósofo indiano Amartya Sen (2005) leva a discussão para o campo identitário, ao destacar como a ideia de que as atuais definições (ocidentais) de terrorismo contribuem para

emoldurar um novo imaginário do islamismo, simplista e essencializado, fomentando violência pela imposição de identidades singulares e beligerantes a partir de um único critério, a afiliação religiosa. E, se é preciso pontuar, a identificação é politizada, isto é, a identidade não é uma essência especial, mas é formada e transformada dentro da lógica de representações presentes nas narrativas nacionais, para citar o teórico jamaicano Stuart Hall (2015), o que é ainda mais intrincado no contexto pós-colonial.

No livro *Covering Islam* (2005), mais recente, o sociólogo malaio Syed Farid Alatas resgata o título e a tradição teórica de Said. A antologia aborda impasses de reportar o islã num contexto pós-11 de Setembro, invasões do Afeganistão e do Iraque, e ascensão do terrorismo a escala global. Alatas considera que a mídia desempenha importante papel ao analisar e reportar esses eventos ao se endereçar à esfera pública e que, portanto, deveria ser suficientemente engajada para minimizar o viés lesivo e reportagens tendenciosas a respeito da realidade levada a público para não estimular ignorância, injustiça e ódio. Assim, o autor malaio critica que, embora a mídia no Ocidente alegue ser imparcial, liberal, livre e objetiva, mostra-se, na verdade, tendenciosa, insensível e intolerante ao demonizar o islã (Alatas, 2005, p. 43).

Se Said esboçou contraposições entre a cobertura da imprensa norte-americana e da imprensa francesa no livro de 1997, citando como exemplos escritos da repórter Flora Lewis no *New York Times* (criticados negativamente) e do diplomata franco-egípcio Eric Rouleau no *Monde* (mencionados positivamente), tais contrastes se esfumam na análise do jornalista francês Thomas Deltombe no livro *L'Islam Imaginaire* (2007). Rouleau e Deltombe, vale citar, escreveram diversas vezes ao periódico francês *Le Monde Diplomatique*.

Ao investigar a cobertura midiática da islamofobia na França entre 1975 e 2005, Deltombe atribui à TV a aura espetacular da abordagem ao islã, antes invisibilizado, no país. Por “islã imaginário”, o autor não quer dizer que as versões televisivas são mais “verdadeiras” ou “falsas” que outras, mas se refere à construção dos discursos, imagéticos e verbais, ao longo de décadas na sociedade francesa, a partir de pontes próximas ou distantes: uma revolução no Irã, um conflito no Iraque, uma guerra civil na Argélia, um atentado em Nova York, outro em Paris. Nesta construção, fragilizada por rivalidades, interesses econômicos, opções ideológicas e operações de intoxicação imagética, o “islã imaginário” emerge evanescente, aparecendo e desaparecendo dos ecrãs subitamente (Deltombe, 2007, *passim*).

O autor identifica três momentos desta construção na TV. Primeiro, de meados da década de 1970 ao fim da década de 1980, uma midiaticização embalada pela crise do petróleo e sobretudo pela Revolução Iraniana de 1979, que já perfilava o islã como elemento “incompatível” com a sociedade francesa, o que se agravou com as discussões sobre a imigração (que se tornava uma “questão”, quer dizer, um enigma, um problema a resolver), posicionando os imigrantes como culpados pela difícil “integração” (que se torna palavra de ordem midiática) ao lhes impor duas alternativas apenas para se amoldar ao país: ou tornar-se francês, ou continuar muçulmano. Nesse ínterim, Deltombe destaca, diante da crescente tendência cultural *beur*, expressão coloquial para designar descendentes de imigrantes do norte da África, especialmente do Magreb, muitos jornalistas passaram a lapidar linguagens audiovisuais diferentes: de um lado, valorizar a cultura dos jovens descendentes de imigrantes; de outro, descrever as tradições do islã como um freio para a integração deles no país.

Em 1989, enquanto se despedaçava o Muro de Berlim, um marco para as discussões sobre o islã na França implode com o *affaire* Salman Rushdie e as primeiras controvérsias sobre os *foulards*, os lenços islâmicos nos colégios franceses.

Discursos hostis ao islã foram moldados mais expressivamente neste segundo momento, posicionando o islamismo argelino (simbolizado pelo FIS, que se fundou em 1989 e ascendeu ao poder em 1990, como elo entre terrorismo e islamismo) e o semblante de Saddam Hussein (um novo Hitler, segundo a crítica do autor, espectro outrora ocupado por Khomeini), como contrapontos aos ideais da sociedade francesa. De acordo com análise do autor, a mídia *mainstream* francesa passou a tipificar os muçulmanos: de um lado, os “bons”, isto é, os moderados, abertos, integrados, laicos, republicanos e, no limite, franceses de um islã de elite e esclarecido; de outro, os “maus”, os islamistas radicais, integristas, inspirados por ideias extremistas de um islã popular, agressivo e arcaico, confinado aos *banlieues*. Foi nesta época que a palavra “islamismo”, antes apostado como sinônimo de “islã” nos anos 1970 e “integrista” nos anos 1980, se atrelou à ideia de “terrorismo” no audiovisual francês.

A época assistiu ainda às crescentes interlocuções entre as universidades e as mídias, despontando nomes novos como Bruno Étienne, Gilles Kepel e Olivier Roy, etiquetados especialistas no islã. Experts de terrorismo foram convocados, por exemplo, para traçar comentários sobre a série de atentados a bomba entre 25 de julho e 6 de outubro de 1995, na França, engessando o amálgama entre terrorismo e islã. Neste momento, por outro lado, também passaram a despontar considerações sobre o fenômeno da islamofobia, a partir de termos como “diabolização do islã” (Daniel Schneidermann) ou “imaginário anti-muçulmano” (Henri Tincq) (Deltombe, op. cit., p. 261).

A chave “terrorismo” abre o último momento assinalado pelo autor, pós-11 de Setembro. Embora especialmente espetacularizada, isto é, de altíssima visibilidade, difundiu-se nas construções midiáticas a ideia de terrorismo como um inimigo invisível, desterritorializado, oculto sob os véus islâmicos, os versos do Alcorão ou as palavras de intelectuais como Tariq. Segundo Deltombe (op. cit., p. 340-356), instaurou-se uma batalha de símbolos na imprensa francesa após os atentados de 2001 e após o novo *affaire* do *foulard* de 2003-2004 (pivô de contestações anteriores, datadas de 1989 e 1994) a ilustrar a “incompatibilidade” entre a laicidade francesa e emblemas islâmicos, aprofundando o abismo diante das alteridades e impulsionando a intolerância de ordem étnico-religiosa e discursos de ódio. Em uma palavra: islamofobia.

Entre a integração e a islamofobia, Peter Demant (2015) assinala um ciclo vicioso de propaganda islamista e a anti-islâmica desde fins da década de 1980, revigorando o discurso da hostilidade histórica ao jogar holofotes negativos a minorias muçulmanas no território europeu (o *affaire* do *hijab* nos colégios franceses, a luta pró-proibição dos Versos satânicos de Salman Rushdie e outros incidentes semelhantes). Para Demant, reitera-se o discurso da “hostilidade histórica” entre Ocidente e Oriente, endossando a tese do “choque de civilizações”, de Samuel P. Huntington.

É famosa a tese de Huntington: após a Guerra Fria, os conflitos-chave internacionais não seriam mais “ideológicos” (capitalismo versus comunismo, por exemplo), mas “civilizacionais”, isto é, movidos por diferenças culturais. Propondo uma divisão de sete “ou oito” civilizações, clivadas por religiões e valores, o autor argumenta que o novo horizonte histórico guardaria guerras de civilizações restantes contra o Ocidente (este, um modelo de democracia, domínio da lei, direitos humanos, liberdades individuais, mercado livre). Dentre

tais polos prestes a se revoltar contra o Ocidente, o mais perigoso seria, segundo o autor, o islã.

As ideias de Huntington foram abraçadas por uns e severamente criticadas por outros, principalmente por estudiosos do islã e do Oriente Médio. Entretanto, diz Demant, apesar das críticas, o autor acertou ao apostar que o islã se tornaria a maior inquietação da política internacional – um fatalismo que condiz com a ideologias de certas mídias de direita nos Estados Unidos e na Europa (Demant, 2015, p. 246). Assim, entre islã imaginário e islamofobia, discuto as principais chaves de *Le Monde Diplomatique* sobre os atuais tempos de terror.

Inimigos assimétricos

Fundado em 1954, *Le Monde Diplomatique* conquistou notoriedade ao longo de sua história pela densidade analítica de seus textos e pela articulação internacional de intelectuais a intervir nos seus contextos. Na encruzilhada entre o jornalismo e a universidade, perpassando a militância política, o periódico francês se destaca como ponto de partida para pensar as relações entre intelectuais e imprensa nestas páginas.

A lógica intrincada das relações entre imigrantes muçulmanos e as sociedades anfitriãs na Europa se tornou ainda mais complexa com a ascensão do radicalismo islâmico, em especial com a repercussão dos atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova York e Washington e, posteriormente, em 11 de março de 2003, em Madri, e em 7 de julho de 2005, em Londres. A esse contexto conturbado se acrescentam os atentados de 7 de janeiro e 13 de novembro de 2015, em Paris. Todos tiveram profusa cobertura midiática. E a mídia, se é preciso dizer, não é monolítica, neutra ou isenta de interesses e prerrogativas à direita e à esquerda e, intencionalmente ou não, às vezes embarcam em erros estratégicos, mentiras políticas ou teses conspiratórias – e que transgressor seria assumir que diagnosticar e criticar tais imposturas não é fazer o jogo ou armar o adversário, mas cumprir o papel de intelectual independente.

Autores como Tariq Ali (2002, p. 401), por exemplo, criticam as “hipérboles” da mídia sobre os acontecimentos de 2001, argumentando que a ideia de marco de “nova época” ou “virada histórica” é pura propaganda. Outros, como Peter Demant (2015, p. 290), assinalam a pluralidade de discursos sob os holofotes: uns se escandalizaram e repudiaram os atentados; outros condenaram duramente as ações, mas vincularam tais atos à atuação ocidental no mundo muçulmano, lembrando o longo histórico de intromissões ali; uns negaram o envolvimento da Al-Qaeda, atribuindo a autoria dos atentados a jogos conspiratórios (da CIA americana ao Mossad israelense) para prejudicar árabes e muçulmanos; outros expressaram certa alegria maliciosa, no tom “os ianques tiveram o que merecem” – a miríade de discursos se espelha nas páginas do *Monde Diplomatique*.

Logo após o 11 de Setembro, *Le Monde Diplomatique* publicou um editorial e um dossiê de sete artigos na edição de outubro a respeito dos atentados. O editorial de Ignacio Ramonet prioriza a memória de outro 11 de Setembro: o bombardeio do palácio presidencial e o golpe do general Augusto Pinochet contra o presidente socialista Salvador Allende, no Chile.

Ramonet parte da lembrança para lamentar a morte das vítimas civis dos atentados de Nova York, mas questiona se os Estados Unidos podem ser considerados um país “inocente”. “Não participou por acaso em ações políticas violentas, ilegais e às vezes clandestinas

na América Latina, África, Oriente Médio, Ásia...? Cujas consequências são um bando trágico de mortos, ‘desaparecidos’, torturados, presos, exilados...”, questiona o editor.

Provoca: “A atitude dos líderes e das mídias ocidentais, seus exagerados esforços pró-americanos, não devem mascarar a cruel realidade. No mundo todo, e sobretudo nos países do hemisfério sul, a sensação que a opinião pública manifesta com maior frequência a propósito dos condenáveis atentados é: ‘o que acontece é muito triste, mas eles merecem’” (Ramonet, 10/2001, p. 1). Na perspectiva do editor, se nos tempos da Guerra Fria os norte-americanos fizeram uma cruzada contra o comunismo, desde 1991 buscariam novos alvos adversários e, principalmente após 2001, o terrorismo se tornaria o inimigo capital.

O dossiê conta com um artigo de Tariq Ali, crítico à tese “simplista, porém ‘politicamente correta’” de Samuel P. Huntington que, na análise do autor, forneceu subsídios aos estrategistas políticos e ideólogos norte-americanos ao posicionar o islã sob os holofotes. No imediato pós-11 de Setembro, Ali atribui a crise à própria estratégia (econômica, militar e política) do Ocidente nas suas intervenções no Oriente Médio, endossando o argumento de que os norte-americanos “fizeram por merecer” (a expressão crítica entre aspas é minha, não do autor). Entre as estratégias, o escritor destaca dois pilares: a Arábia Saudita e Israel.

O dossiê conta ainda com um artigo de Marwan Bishara, para quem setembro jogou luz a um novo inimigo perfilado pelos Estados Unidos como difuso, infranacional e transnacional. Na interpretação do analista político sênior da *Al Jazeera*, o acontecimento abriu uma nova era de guerra: a era dos conflitos “assimétricos”², conduzidos por opositores cuja base não seria um Estado-nação, mas uma ideologia ou uma religião. Nesta ótica, a assimetria se refere tanto aos seguidores de Bin Laden quanto a máfias e narcotraficantes internacionais.

Bishara distingue dissimetria e assimetria: o primeiro indica diferença quantitativa entre o poder dos beligerantes (um país forte contra um país fraco, Estados Unidos e Iraque, por exemplo), enquanto o segundo destaca diferença qualitativa nas estratégias empregadas, no estilo e nos valores dos inimigos – nesta lógica, diante da hegemonia norte-americana, os inimigos recorreriam a vias não-convencionais e “assimétricas” a combatê-la, incluindo no arsenal as novas tecnologias de informação e o terror psicológico. À época, o inimigo “ideal” era representado por Bin Laden, descrito como um fundamentalista islâmico e, a um só tempo, um líder cosmopolita capaz de despertar uma ameaça global (Bishara, 10/2001).

Três pontos atrelados marcam as análises de *Le Monde Diplomatique* depois do 11 de Setembro: a crítica ao imperialismo norte-americano (no tom: lamenta-se a tragédia contra alvos civis, mas o Estado norte-americano não é inocente), a crítica ao choque de civilizações (na linha: o islamismo posicionado como sinônimo de terrorismo, novo inimigo internacional e/ou eixo do mal) e a crítica à cobertura midiática *mainstream* de ações terroristas (culminando na islamofobia).

Um artigo de Alain Gresh ilustra a intersecção dos três pontos. Trata-se de *Islamophobia*, publicado na edição de novembro de 2001.

O autor inicia tal texto citando o trecho: “O senhor, teu Deus, te entregará essas nações e lhes infligirá um grande pânico, até que sejam destruídas. Entregará às tuas mãos os reis dessas nações, tu farás desaparecer o nome deles do céu e nenhum resistirá perante ti, até que os tenha destruído”. O apelo está no Antigo Testamento, Deuteronômio 7, versículos 23 e 24, esclarece o autor, que questiona a difusão da ideia, por certos expertos e intelectuais, de que o Alcorão arquivaria as “fontes do mal” nos países islâmicos, por exemplo, os autores Ibn Warraq e Guy Hennebelle.

Gresh cita Edward Said (1997) para questionar autores que esquecem a história e versam a expressão “islã” indiscriminadamente, referindo-se a uma pequena dimensão diante do que se passa no mundo muçulmano, que engloba milhões de indivíduos e diferentes países e tradições. Neste diapasão, o autor critica o teólogo católico Jacques Rollet que, à revista *Le Point*, definira o islã simplistamente como conquista e *jihad*. *C'est le couer même du Coran*, declarou Rollet.

Gresh lembra que altas instâncias do islã condenaram a tragédia humana dos atentados de 11 de Setembro, como o líder religioso egípcio Yusuf al-Qradawi (1o ponto), critica o choque de civilizações invocado por autores como o politólogo franco-italiano Alexandre Del Valle e frisa que, na década de 1990, após o fim da URSS, *think tanks* e políticos norte-americanos passaram a tatear inimigos novos no horizonte, transformando o islamismo na principal ameaça à pretensa paz mundial (2o ponto). Entre os intelectuais franceses, destaca o autor, estariam na berlinda o franco-tunisianista Alain-Gérard Slama (que considera movimentos antiglobalização e *black blocs* da extrema esquerda como adversários da democracia liberal) e o citado filósofo Pierre-André Taguieff (que vê esses movimentos não apenas como o velho antiimperialismo de estilo terceiro-mundista, mas como críticas radicais antiamericanas demagógicas, impregnadas de judeofobia). Na crítica de Gresh, amalgamar islamismo, antiamericanismo e antiglobalização indicam infames acusações e confusões cujo estopim, por fim, é a islamofobia (3o ponto).

Em novembro/dezembro de 2001, os editores de *Le Monde Diplomatique* dedicaram o número de sua revista bimestral *Manière de Voir* ao acontecimento: *11 septembre 2001 - Ondes de choc*, diz o título. Para os editores, os atentados abalaram “a marcha do mundo”, manejando recomposições na esfera global: implicando o questionamento da ordem internacional instaurada pelos Estados Unidos depois do fim da Guerra Fria, a emergência do islã político e a extensão das crises do Oriente Médio à Rússia. O editorial de Ignacio Ramonet, o artigo já referido de Tariq Ali e outras contribuições de autores como Ibrahim Warde, Marwan Bishara e Saskia Sassen retomam os pontos indicados.

Em julho/agosto de 2002, outro número de *Manière de Voir* se voltou ao tópico, intitulado *Islam contre Islam*, posicionando-se na “contra-corrente” das análises a distinguir os muçulmanos como “outros absolutos” e propondo-se a abordar a diversidade islâmica, investigando a pluralidade de interpretações religiosas e tendências políticas, conservadoras ou reformistas, imbricando islã, direito e Estado. Nesta edição são reimpressos artigos já citados ao longo destas páginas de Alain Gresh e Olivier Roy, artigos novos de Wendy Kristiansen, Ziad Hafez e Tariq Ramadan e uma crítica inédita do escritor espanhol Juan Goytisolo à visão orientalista de Bernard Lewis.

Ramonet e Gresh também incluíram textos novos, mas ancorados nos argumentos antigos. Ramonet afirma que um dos efeitos positivos do 11 de Setembro foi relançar o interesse pelo islã nos países ocidentais – nas livrarias, ilustra o editor, exemplares do Alcorão e ensaios sobre o mundo árabe-muçulmano nunca foram tão procurados. Entre os efeitos negativos, os ecos do choque de civilizações e a diabolização da nebulosa islamista como novos inimigos após o desaparecimento do “satã” soviético, perfilados nas mídias como sinônimo de fanatismo e violência (Ramonet, 07-08/2002).

Gresh, por sua vez, invoca as primeiras palavras do Manifesto Comunista (1848), ao escrever: “Um espectro ronda o Ocidente, o espectro do islamismo”. Para Gresh, líderes das potências do velho e do novo mundo (Bush, Blair, Putin e Sharon) se enfileiram em defesa

dos valores do “mundo civilizado” contra a fúria dos “bárbaros”. Itera a invenção do “perigo” islâmico nos thinks tanks norte-americanos e frisa que o terrorismo é um termo de “geometria variável”, que serviu aos Estados Unidos para deslegitimar a ANC sul-africana e a OLP e, ao mesmo tempo, celebrar os freedom fighters da Nicarágua e da Angola (Gresh, 07-08/2002). A novidade da análise de 2002 é destacar medidas de múltiplos Estados contra o terrorismo, mas também contra imigrantes. Assim, enquanto inimigo “ideal” do Ocidente, o islã condensaria uma ameaça externa (representada pela Al-Qaeda) e interna (referente a milhões de muçulmanos instalados na Europa e nos Estados Unidos).

Considerações finais *fourre-tout*

Le Monde Diplomatique destaca a compreensão de “terrorismo” como uma ideia indefinida. No livro *Les 100 clés du Proche-Orient* (2006), os editores Alain Gresh e Dominique Vidal experimentam definir o verbete, indicando seus impasses. À simples questão *qu'est-ce que c'est le terrorisme?*, dizem os autores, é difícil encontrar resposta unívoca nas declarações dos dirigentes políticos ou na literatura especializada. Os autores consideram “terrorismo” atos de violência que atingem populações inocentes civis, na intenção de criar um clima de insegurança para fins políticos, mas não deixam de questionar: como enquadrar num só tipo o atentado a gás no metrô de Tóquio e os carros-bomba de dissidentes norte-irlandeses?, as milícias de extrema direita americana de Oklahoma e as bombas bascas de Madri?

Nesta linha, *Le Monde Diplomatique* considera “terrorismo” uma expressão *fourre-tout* – em português, algo coloquial como jogar tudo num só saco. “Se nós devemos designar sob o mesmo vocábulo todas as atividades políticas que recorrem a violências extremas, o terrorismo deixa de ser um conceito útil para a análise estratégica, pois ele recobre todas as ações de força, as quais visam sempre a aterrorizar. No entanto, a palavra ‘terrorismo’ foi muito útil para manipular opiniões”, escreve Alain Joxe nas páginas do periódico (06/1996). Na mesma linha, a palavra tende a deslegitimar diferentes oposições ao poder, violentas ou não, mais visível na perspectiva política que na hermenêutica jurídica, destaca Vincent Sizaire na tribuna (08/2016).

Imprecisões do termo também são criticadas pelo autor europeu John Brown, que analisa a legislação antiterrorista internacional no *Monde Diplomatique*. Há certa reticência nas definições desta palavra, chave de uma nova doutrina jurídica que desponta pela primeira vez em textos relativamente recentes: as convenções internacionais para repressão de atentados a bomba (Nova York, 15 de novembro de 1997) e para repressão do financiamento do terrorismo (Nova York, 9 de dezembro de 1999) – que, todavia, não especificam o que configura ato terrorista. O autor destaca que o terrorismo é visto como ação de guerra ilícita, dirigida contra a população civil que, em tese, deveria ficar à margem de um conflito cujos atores seriam apenas forças armadas. Neste contexto, o terrorismo seria um crime de guerra, nos princípios do Tribunal de Nuremberg. Entretanto, o terrorismo passou a ser assimilado como atos movidos por fins político-ideológicos e religiosos, abrindo um novo rol de delitos, considerados por esferas diferentes, do FBI norte-americano à Comissão Europeia. Para Brown, o 11 de Setembro deu um tipo de “justificativa” para a extensão dos poderes policiais que, noutros tempos, teria sido vista como um risco para a democracia. Em outras palavras, uma carta branca para perseguições ideológicas, inclusive dos que militam por uma transformação radical das estruturas econômicas, políticas e sociais (Brown, 02/2002).

Treze anos depois do dossiê *Islam contre Islam*, *Le Monde Diplomatique* publicou outra edição de *Manière de Voir* dedicada ao tópico terrorismo. Trata-se do especial *Vous avez dit terrorisme?*, editado por Dominique Vidal e publicado em abril/maio de 2015, já contemplando discussões sobre os atentados de janeiro em Paris, fevereiro em Copenhague, março em Túnis.

No editorial do dossiê, Dominique Vidal reitera os contornos indefinidos da palavra “terrorismo”. O substantivo, revisita o editor, foi versado pelos nazistas para desmerecer a resistência francesa na Segunda Guerra, pelos ingleses para desvalorizar a resistência palestina, pelos franceses para deslegitimar os rebeldes argelinos, pelos brancos para desacreditar o ANC sul-africano. Na década de 1970, a palavra se atrelou a atentados de movimentos independentistas como o basco ETA e o norte-irlandês IRA, além da extrema esquerda e, nas décadas seguintes, ao islamismo no Líbano, na França e, finalmente, nos Estados Unidos pós-2001. O adjetivo “terrorista” também trouxe impasses, após o atentado de Oslo, em julho de 2011, de autoria confessa do norueguês Anders Behring Breivik, identificado na imprensa internacional como “terrorista cristão contra a invasão muçulmana”.

Terreno fértil, diz o autor, o terrorismo atual reúne quatro elementos. O primeiro é o apartheid territorial, social e étnico, citando a expressão do primeiro-ministro francês socialista Manuel Valls, quer dizer, que abarca discriminações, instauração de guetos e racismo. O segundo é a impressão aguda do caos provocado pelas intervenções militares no Iraque e Líbia, na Palestina e Síria. O terceiro se refere à presença do passado colonial. O quarto, por fim, é o jihadismo, um nihilismo religioso a corromper o islã. Assim, Vidal compreende que a busca de respostas ao terrorismo implica passar por “transformações radicais” na política interna e na política internacional (Vidal, 04-05/2015, p. 4).

No dossiê consta um rol de organizações consideradas terroristas pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos e um infográfico interessante com “fichas” de personalidades cujas identificações como “terroristas” se transformaram ao longo do tempo, como o comunista francês Missak Manouchian que se tornou mártir da resistência, o rebelde Ahmed Ben Bella que se tornou o primeiro presidente da Argélia em 1962, o guerrilheiro José Mujica que se tornou presidente do Uruguai em 2010, além dos emblemáticos Yasser Arafat e Nelson Mandela.

Matizar o terrorismo, portanto, é um dos ângulos abordados no *Monde Diplomatique*. Ao destacar as definições flutuantes de terrorismo, os amálgamas acríticos entre islamismo e terrorismo, os autores de *Le Monde Diplomatique* lançam questões prementes sobre o papel dos intelectuais e da imprensa a respeito da cristalização de tais visões, que refletem islãs imaginários nos seus espelhos esfumados a mirar inimigos assimétricos. Aos olhos do *Monde Diplomatique*, a partir da análise de suas fontes, é preciso quebrar tais espelhos a fim de refletir sobre o outro – e sobre si próprios.

Recebido em: 19/12/2018

Aceito em: 23/07/2019

¹ O direito humanitário internacional busca destacar diferenças entre combatentes e não-combatentes. Ao passo que são considerados combatentes os indivíduos de uma cadeia de comando, que portam distintivos identificáveis e armas, agindo

de acordo com as leis da guerra (por exemplo, soldados de um Estado envolvido num conflito armado), são considerados não-combatentes os indivíduos civis (Zhebit, Silva, 2009, p. 29).

² Atualmente, a ideia de "guerra assimétrica" vem sendo associada ao terrorismo. Modalidade de guerra na qual há hiato de poder e assimetria de capacidades (econômica, militar, tecnológica) entre os adversários de uma disputa política violenta, a guerra assimétrica se diferencia da guerra convencional, pois não se dá entre duas ou mais forças armadas tradicionais, mas entre uma força armada regular e uma organização armada irregular. Trata-se de uma estratégia na qual o lado mais fraco busca atingir os pontos sensíveis do lado mais forte para infringir-lhe danos materiais, mas principalmente simbólicos: a finalidade é desgastar politicamente o inimigo, paralisando-o (Zhebit, Silva, 2009, p. 319). Neste contexto, a imprensa é visada como instrumento para arregimentar apoio político e financeiro, conquistar novos militantes e abalar o inimigo, como um marketing do terror (Wainberg, 2005).

Referências

ALATAS, Syed Farid (Org.). **Covering Islam: challenges & opportunities for media in the global village**. Singapura: Centre for Research on Islamic and Malay Affairs, 2005.

ALI, Tariq. **Confronto de fundamentalismos: cruzadas, jihads e modernidade**. Rio de Janeiro: Record, 2002. Tradução de Alves Calado.

BONANATE, Luigi. "Terrorismo político". In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 2a edição. Brasília: Editora UnB, 1986.

DARNTON, Robert. "Writing news and telling stories". **Daedalus**, Cambridge, n. 104/2, p. 175-194, 1975.

DELTOMBE, Thomas. **L'islam imaginaire: la construction médiatique de l'islamophobie en France, 1975-2005**. Paris: Éditions La Découverte, 2007.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. 3a edição. São Paulo: Contexto, 2015.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12a edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Tradução de José Viegas.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KEARNS, Erin M.; BETUS, Allison; LEMIEUX, Anthony. "Why Do Some Terrorist Attacks Receive More Media Attention Than Others?" **Justice Quarterly**, Nova York, p. 1-53, 2018 (no prelo).

NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. Tradução de Theó Santiago.

NYE JR., Joseph. **Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história**. Lisboa: Gradiva, 2002.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. Tradução de Fernando Coelho e Fabrício Coelho.

SAID, Edward. **Covering Islam: how the media and the experts determine how we see the rest of the world**. Nova York: Vintage Books, 1997.

_____. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Tradução de Rosa Eichenberg.

_____. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Tradução de Denise Bottmann.

SEIXAS, Eunice Castro. “Terrorismos: uma exploração conceitual”. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 16, p. 9-26, 2008.

SEN, Amartya. **Identidade e violência: a ilusão do destino**. Lisboa: São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2005. Tradução de José Antonio Arantes.

WAINBERG, Jacques. **Mídia e terror**. São Paulo: Paulus, 2005.

ZHEBIT, Alexander; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Org.). **Neoterrorismo: reflexões e glossário**. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

Fontes

ALI, Tariq. “Au nom du ‘choc des civilisations’”. **Le Monde Diplomatique**, Paris, 10/2001, p. 18-19.

BISHARA, Marwan. “L’ère des conflits asymétriques”. **Le Monde Diplomatique**, Paris, 10/2001, p. 20-21.

BROWN, John. “Les périlleuses tentatives pour définir le terrorisme”. **Le Monde Diplomatique**, Paris, 02/2002, p. 4-5.

GRESH, Alain; VIDAL, Dominique. **Les 100 clés du Proche-Orient**. Paris: Hachette, 2006.

_____. “Islamophobie”. **Le Monde Diplomatique**, Paris, 11/2001, p. 32.

_____. “En un combat commun”. *Manière de Voir*, **Le Monde Diplomatique**, Paris, 07-08/2002.

JOXE, Alain. “Un concept fourre-tout: le terrorisme”. **Le Monde Diplomatique**, Paris, 06/1996, p. 6-7.

RAMONET, Ignacio. “L’adversaire”. **Le Monde Diplomatique**, Paris, 10/2001, p. 1.

_____. “Plus qu’une religion”. *Manière de Voir*, **Le Monde Diplomatique**, Paris, 07-08/2002.

SIZAIRE, Vincent. “Quand parler de ‘terrorisme?’”. **Le Monde Diplomatique**, Paris, 08/2016, p. 8-9.

VIDAL, Dominique. “Vous avez dit terrorisme?” *Manière de Voir*, **Le Monde Diplomatique**, Paris, 04-05/2015, p. 4.